

A Lingüística Portuguesa e o Grupo Maranhense

Antonio Martins de Araujo, da UFRJ e da ABF

1. Em volta do ano 2000

Em torno da virada do nosso século, uma série de reedições de gramáticas portuguesas antigas, levantamentos e reavaliações críticas se vêm realizando em vários pontos do mundo sobre aquelas obras, sobre os antigos tratados ortográficos e os léxicos portugueses antigos. Neste artigo pretendemos apreciar os mais importantes projetos no campo da Lingüística Portuguesa que se vêm desenvolvendo, e algumas obras dessa área publicadas em torno do ano 2.000 com ênfase na valorização de estágios antigos do português. Depois, passar em revista, em breves traços, a contribuição do chamado Grupo Maranhense à Filologia brasileira no séc. XIX, a qual vem merecendo o reconhecimento dos historiadores de nossa literatura e de nossa filologia em face da recepção que obtiveram suas obras à época, e argüir a necessidade de a conhecermos melhor. Tomemos como ponto de partida os trabalhos surgidos nos primeiros anos da década de noventa do século passado. Para não sermos exaustivo, limitar-nos-emos a apresentar um ou dois exemplos de cada espécie por país.

Em Portugal, duas obras se destacaram sobre as demais nesse particular. *As origens da gramaticografia e da lexicografia portuguesa*, de Telmo Verdelho, da Univ. do Aveiro (Aveiro, INIC, 1995) e *Para uma Gramatologia portuguesa / dos primórdios do Gramaticalismo em Portugal a Reis Lobato*, de Carlos da Costa Assunção, da Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real, UTAD, 1997).

A obra de Verdelho apresenta e comenta o mais completo e pormenorizado elenco da gramaticografia, da lexicografia e da lingüisticografia latino-portuguesas dos períodos medieval e renascentista. O fato de haver sido projetado como introdução aos léxicos bilíngües de Jerônimo Cardoso, a extensividade, a pormenorização e a qualidade do texto revelam, de pronto, o rigor científico e metodológico que presidiu à elaboração da obra. As informações históricas, o embasamento teórico e as observações críticas de Verdelho à bibliografia editada (e manuscrita) que analisa — daqui por diante, fazem dessa obra fonte de consulta obrigatória para as pesquisas a serem desenvolvidas sobre aquelas

* Antonio Martins de Araujo é sócio efetivo da Academia Brasileira de Filologia, e pesquisador do GT da Historiografia da Lingüística Brasileira na ANPOLL.

três vertentes da ciência lingüística naqueles dois períodos em Portugal.

A obra de Assunção dedica o 1.º cap. *Aos primórdios do Gramaticalismo em Portugal*, dando especial atenção aos predecessores e ao contributo da *Gramática latina* de Manuel Álvares, e aos antecedentes medievais da gramática renascentista; bem como examina as gramáticas quinhentistas e seiscentistas portuguesas. No 2.º, estuda a contribuição de Bluteau e Verney, devidamente contextualizados, e a reforma pombalina. E, finalmente, concede a metade da obra à análise crítica da *Arte da Grammatica* de Antônio José dos Reis Lobato (1770), sua principal finalidade.

Em 2001, no Ano Europeu das Línguas, o Ministério da Cultura de Portugal, com a coordenação da lingüista Maria Helena Mira Mateus e o selo da Biblioteca Nacional de Lisboa, publicou *Caminhos do Português*, uma dezena de textos firmados por renomados especialistas sobre seu patrimônio lingüístico. Para maiores informações, convidamos os leitores a ler nossa resenha dessa obra a sair neste ano no n.º 23 da revista *Confluência*, do Instituto de Língua Portuguesa do Rio de Janeiro, vinculada ao Liceu Literário Português.

No tocante à ortografia, Maria Filomena Candeias Gonçalves, da Univ. de Évora, publicou, refundida, sua dissertação de mestrado — *Madureira Feijó: ortografista do séc. XVIII; para uma história da ortografia portuguesa* (Lisboa, ICLP / Min. Educ., 1992); e sistematicamente vem editando estudos pontuais sobre ortografia (D. Luís Caetano de Lima, Dic. da Academia de 1793) e sobre gramáticas portuguesas do séc. XIX. Espera-se agora pela publicação de sua tese de doutoramento defendida em 1998 — *As idéias ortográficas em Portugal: da etimologia à reforma*.

No tocante à edição crítica de antigas gramáticas portuguesas, duas excelentes foram dadas à luz no ano 2000, em Lisboa, pela Academia das Ciências: a *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira, por Amadeu Torres e Carlos Assunção; que resenhamos criticamente à p. 500 do vol. 5 da *Revista Portuguesa de Humanidades* (Braga, 2001); e a *Arte da Grammatica da lingua portugueza* (1770), de Antônio José dos Reis Lobato, por Carlos Assunção, que merece uma resenha crítica em outro momento.

Numa época em que vão rareando entre nós edições críticas de textos literários antigos, ressalte-se a do *Livro das obras de Garcia de Resende e Miscelânea*, de Evelina Verdelho, da Univ. de Coimbra (Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1994). Após o confronto das várias edições anteriores (algumas parciais) da obra, a editora apresenta o cuidadoso texto crítico, dedica substancial estudo da ortografia, fonética e fonologia, morfologia e sintaxe da obra editada, e traz um índice de frequência dos termos empregados, com a localização da primeira ocorrência; bem como, uma exaustiva bibliografia, distribuída em sete blocos.

Outra edição crítica, que também se destaca pelos rígidos critérios do estabelecimento do *corpus* irreduzível dos textos apresentados é a *Lírica de*

Camões, do filólogo brasileiro Leodegário A. de Azevedo Filho. Obra ambiciosa, cuja plano inicial previa cerca de dez volumes, alguns dos quais divididos em dois tomos (como os três primeiros vols.), tem a seguinte distribuição: 1 - História, Metodologia, *Corpus*; 2 - Sonetos; 3 - Canções e Odes; 4 - Elegias em Tercetos, e Oitavas; 5 - Éclogas; 6 - Redondilhas; 7 - Glossário. Tanto aquela como esta edição crítica honram a literatura e a língua portuguesas.

No Japão, Toru Maruyama vem publicando seguidamente pela editora da Univ. de Nanzan, em Nagoya valiosos índices e edições diplomáticas que interessam à história da língua portuguesa. Em 1996, uma valiosa *Selective bibliography concerning the jesuit mission press in the sixteenth and seventeenth centuries*. Em 2001, o *Keyword in context* (índice de todas as palavras devidamente contextualizadas) e a lição diplomática da *Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira; e em 2002, os *Kwic Index* e as lições diplomáticas da *Cartinha* (1539) e da *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa mãe igreja* (1540), de João de Barros, primeiro donatário da capitania do Maranhão. Praticamente concluídos pelo lusitanista nipônico já há algum tempo, fechando a série quinhentista, aguardam publicação as edições diplomáticas e os índices dos tratados ortográficos de Pero de Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes de Leão.

Na Alemanha, em 2002, Barbara Schäffer-Priess publicou pela Max Niemeyer, sua *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822*, importante obra escrita na linha histórico-comparativa. Trata-se de sua tese de habilitação (devidamente refundida) apresentada à Universidade de Tübingen. A autora excluiu ali os tratados ortográficos, os textos em louvor da língua, os que se destinavam ao ensino de português a estrangeiros, bem como, por suas características, a contribuição de Fernão de Oliveira. Aí, após examinar as primeiras manifestações gramaticais no medievo português, a lusitanista estuda a morfossintaxe de nosso idioma naqueles quase três séculos de produção, baseada num *corpus* de vinte e três gramáticas, relacionadas cronologicamente, desde a de João de Barros (1540) até à de Jerônimo Soares Barbosa (1822). Um aspecto a destacar na obra é a contextualização histórica dessas gramáticas: a de João de Barros, na Expansão Marítima; a de Amaro de Roboredo, no período filipino; a de Bento Pereira, na Restauração; a de Jerônimo Contador de Argote, no absolutismo joanino; a de Antônio José dos Reis Lobato, no período pombalino; e, finalmente, as gramáticas portuguesas editadas por volta da Revolução Francesa.

Ainda na Alemanha, em outubro de 2001, na revista *Lusorama* (de Estudos sobre os Países de Língua Portuguesa), n.º 47 e 48, Rolf Kemmler, da Univ. de Bremen, publicou *Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico do séc. XVI até à reforma ortográfica de 1991*, um trabalho provindo da sua tese de mestrado. É um copioso ensaio que esmiúça as ortografias dos séculos XVI e XVII, e as principais do XVIII e XIX. Concebida também

na linha histórico-comparativa, com metodologia atual, estuda a evolução fonética do latim ao português, descreve com minúcia a relação fonema-grafema, e, no seu formato, constitui-se uma das mais rigorosas descrições até hoje realizadas dos principais sistemas ortográficos antigos da língua portuguesa.

Na Áustria, Dieter Messner, do Inst. de Romanística da Univ. de Salzburgo, continua a editar seu *Dicionário dos dicionários portugueses*, obra monumental que enfeixa num só lugar verbetes extraídos de quase todos os dicionários antigos da língua, até a 6.^a ed. do Morais, conferindo assim à portuguesa um privilégio não concedido às demais línguas românicas. Os lemas (as entradas) são colhidos a um *corpus* de pouco menos de meia centena de obras. São dicionários (unilíngües, bilíngües e políglotas, em que se inclui o português); glossários especiais (de história natural, de viajantes, de artes, ofícios, ciências e agricultura); tratados ortográficos (Nunes de Leão, Monte Carmelo e Madureira Feijó) e histórias da língua que contêm listas de palavras portuguesas com seus conceitos (Nunes de Leão e Cândido Lusitano). No rol dos dicionários-fonte, incluem-se dicionários galegos, espanhóis e franceses que oferecem algum interesse para a compreensão de alguma palavra portuguesa, e até dicionários mais próximos de nós, como o de Houaiss, que lhe ofereceu subsídios às palavras iniciadas pela letra *k*. Nos treze volumes editados, estão as palavras iniciadas por A, até AM; e anteciparam-se os volumes com as letras K, O, U, e dois com as iniciadas por NA-NI, NO-NU. Obra para algumas dezenas de volumes, quando concluída, oferecerá ao editor crítico de textos antigos portugueses, num só lugar, não só as mudanças ortográficas e semânticas dos vocábulos nestes quatro séculos e meio de léxicos, mas também revelará a contribuição nova de cada dicionário selecionado para compilação.

2. A contribuição brasileira

Pela singularidade das perspectivas em que foram concebidas, duas obras recentes se destacam na historiografia da lingüística luso-brasileira da autoria de dois professores universitários de reconhecida competência.

Uma é *As concepções lingüísticas no século XVIII - A gramática Portuguesa*, de Leonor Lopes Fávero, da USP (São Paulo, UNICAMP, 1996). Nessa obra, após estudar as gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros, e o *Método gramatical para todas as línguas* e a *Porta de línguas*, de Amaro de Roboredo, ambas seiscentistas, demora-se a autora examinando os aspectos políticos, econômicos e sociais do século dezoito e o movimento da Ilustração. Depois, analisa a estrutura gramatical daquelas que considera “modelos próximos” das três principais gramáticas portuguesas setecentistas: a *Grammaire générale et raisonnée*, de Antoine Arnauld e Claude Lancelot (Paris, 1660), o *Minerva seu de Latinae linguae causis et elegantia* (4.^a ed., Amsterdã, 1714; a 1.^a e de 1587), de Francisco Sanchez de las Brozas, e a *Encyclopédie méthodique: Grammaire et littérature* (Paris, (1782-1786), organizada por Beauzée, Marmontel,

Du Marsais *et alii* a partir dos verbetes da Enciclopédia francesa, de dezessete volumes. Com isso, Leonor Fávero procede ao estudo dos três principais tratados portugueses setecentistas, a saber: as *Regras da língua portugueza, espeelho da lingua latina*, de Jerônimo Contador de Argote; (Lisboa, 1721), a *Arte da grammatica da lingua portugueza*, de Reis Lobato (Lisboa, 1770); e, finalmente a *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, de Jerônimo Soares Barbosa (Lisboa, 1822), escrita em torno de 1800, que tanto influenciou a gramaticografia brasileira desse século. Passando em revista, na linha histórico-comparativa, os três séculos que antecedem o surgimento das primeiras gramáticas brasileiras, o conhecimento dessa obra se impõe até mesmo para entendermos o que as gramáticas brasileiras devem àquelas portuguesas setecentistas.

Outra é *Fonologia e Morfologia na gramática científica brasileira*, de Ricardo Cavaliere (Niterói, EdUFF, 2.000). Embora não haja estendido suas pesquisas à Sintaxe, a obra procede a um minucioso estudo histórico-comparativo dos outros dois campos nas principais gramáticas brasileiras, especialmente as que se publicaram no período que vai de 1881 até pouco antes de 1920. Nos dois primeiros capítulos, após assinalar os aspectos universal, prescritivo e cumulativo (dos dois anteriores) das gramáticas em geral, estabelece as bases da gramática científica, confronta as estruturas das gramáticas de Júlio Ribeiro a Maximino Maciel, e conclui com um estudo sobre os conflitos e a evolução do pensamento gramatical do filólogo baiano Ernesto Carneiro Ribeiro. O 3.º cap. é dedicado ao exame dos fundamentos da lingüística histórico-comparativa do séc. XIX; e o 4.º, ao exame crítico dos panoramas historiográficos de nossa gramaticografia levantados por Maximino Maciel, Antenor Nascentes, Joaquim Mattoso Câmara Jr. e Sílvio Elia. Todo aquele embasamento teórico baliza os três capítulos nodulares da obra, dedicados à Fonologia, à Ortografia e à Morfologia. No 5.º, define o objeto da Fonética, conceitua voz, fonema e letra; estuda as diversas classificações das vogais e consoantes do período examinado, e tece considerações sobre os encontros vocálicos. No 6.º, passa em revista as características dos sistemas ortográficos conhecidos por misto, pseudo-etimológico e sônico; historia as primeiras reformas ortográficas brasileiras; e conclui com um arguto comentário sobre a valorização da ortografia pela gramática científica. E no 7.º, o mais extenso e exaustivo de todos, a Morfologia, em que estuda a evolução do conceito e classificação das palavras, bem como de sua formação.

Tanto aquela como esta são obras modelares em nossa gramaticologia. Depois delas, fica a expectativa de um outro estudo na linha histórico-comparativa, que sirva como ponte entre essas duas obras. Será um estudo que contemple com idêntica profundidade e embasamento teórico, o período que vai de nossas primeiras gramáticas até o surgimento da *Grammatica portugueza* (1881) de Júlio Ribeiro. Nesse estudo se poderá melhor aquilatar a importância do Grupo Maranhense em nossa gramaticografia.

Para nos fixarmos no eixo Rio-S. Paulo perto da virada do século, abra-

mos um parêntese para um trabalho panorâmico e três pontuais sobre dois luminares brasileiros do séc. XX, um filólogo e um lingüista. O filólogo dedicou grande parte de sua curta existência ao estudo e descrição dos estágios antigos de nosso idioma; o lingüista provocou uma verdadeira renovação em nossa gramaticografia. São três pesquisas de pós-graduação: a dissertação de mestrado de Olga Ferreira Coelho — *Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia brasileira. / Um ensaio historiográfico sobre o papel da liderança na articulação de um paradigma em Ciência da Linguagem* (USP, 1998) e a de Flávio Aguiar — *O estudo histórico do léxico na obra de Serafim da Silva Neto* (UERJ, 2.º / 2002); e, finalmente, a tese de livre-docência apresentada à USP, em dez. de 1998, por Valter Khedi — *A morfologia e a sintaxe portuguesa na obra de J. Mattoso Câmara Jr.*

Como trabalhos panorâmicos sobressaem dois trabalhos distintos. A *pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*, de Cristina Altman (S. Paulo, Humanitas, 1998) informa como se constituíram nossos cursos de Letras e analisa criticamente as tendências daquela ciência entre nós. E *Filólogos brasileiros*, de João Alves Pereira Penha (Franca, SP, Ribeirão, 2002), com informações biográficas e bibliográficas atualizadas de vinte e três expoentes já falecidos.

Na linha dos estudos pontuais, merece destaque a *Contribuição aos estudos científicos da linguagem no Brasil — Sílvio Elia e João Ribeiro*, de Hilma Pereira Ranauro (RJ, Tempo Brasileiro, 1990). No momento, a pesquisadora vem se dedicando ao estudo da fortuna crítica da *Grammatica Philosophica da lingua portugueza (1822)*, de Jerônimo Soares Barbosa, no Brasil.

No campo da lexicografia, impõe-se lembrar dois recentes eventos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. Um é a publicação da versão eletrônica do *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*, projeto de Antônio Geraldo da Cunha, que o realizou com uma equipe de dezenove verbetistas na Fundação Casa de Rui Barbosa entre 1979 e 1989. A partir daí, foi coordenado por Ivete M. S. Sanches do Couto, inicialmente com a consultoria de Adriano da Gama Kury, a que se juntaram, nos dois últimos anos, Ayla Pereira de Melo, Cláudio Melo Sobrinho e Ronaldo Menegaz. Esse vocabulário especializado insere o português entre as poucas línguas românicas que dispõem de tal fonte de consultas.

O outro foi a ansiosamente esperada publicação, no ano 2.000, do *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. À frente da elaboração da obra durante quinze anos, o falecimento de Antônio Houaiss em 1999 infelizmente negou-lhe a satisfação de assistir ao lançamento da obra. Além de toda a contribuição lexical que seus congêneres também oferecem, exhibe a evolução do sentido das palavras e as razões dessa modificação, bem como as informações gramaticais inerentes. Além da datação mais antiga dos termos, situa no seu século as principais variantes ortográficas históricas, e concede especial atenção à estru-

tura morfológica das palavras.

Nesse ponto, traz uma novidade em relação aos demais léxicos. Além de ser um léxico semasiológico, como seus congêneres, que partem da unidade léxica para sua definição, é também um léxico onomasiológico, na medida em que, no último campo da estrutura do verbete, oferece os elementos antepositivos e pospositivos correspondentes à noção que a cabeça do verbete encerra, o que proporciona ao leitor os elementos necessários à criação de novas palavras, a partir daquelas noções. Esse recurso é um importante instrumento para os tradutores e produtores de textos, que não dispõem mais do grego e, principalmente, do latim em seus currículos escolares. Além de trazer a mais recente nomenclatura de anatomia, as mais atualizadas classificações da botânica e da zoologia, e a terminologia técnica e a científica de outras áreas do conhecimento, a incorporação de lusismos, africanismos, asiaticismos, gírias brasileiras e portuguesas faz dele um verdadeiro tesouro lexical lusofônico, excedendo a todos os seus similares brasileiros e portugueses. Por outro lado, sua versão eletrônica, saída em 2001, permite um grande leque de recursos de interação com o consulente. Dispondo de barra alfabética, seus botões interativos (e outros recursos similares) permitem navegação interna e maior facilidade de consulta: pesquisa simples, combinada, reversa; cópia, colagem, anotações e impressão dos verbetes, com grande ganho de velocidade na obtenção dos resultados da busca.

No ano passado, saiu em Lisboa a edição portuguesa do obra, levada a efeito por uma equipe de jovens lexicógrafos lusitanos sob a consultoria de Malaca Casteleiro. Como não poderia deixar de ser, além da adoção da ortografia, ali oficial, de 1991, são da mais variada ordem as alterações introduzidas na macro e na microestrutura dessa versão portuguesa da obra. Essas alterações recobrem a ortoepia e a sintaxe, bem como a morfologia e a semântica. Todas elas estão descritas minuciosamente num dos textos de introdução da obra em tela.

Pela homogeneidade e pelo rigor científico dos textos, está a requerer pelo menos a seleção dos mais importantes em um livro autônomo a quase meia centena de estudos que a lingüista gerativista Maria Carlota Amaral Rosa (UFRJ) vem publicando em anais de congressos, em obras coletivas e em periódicos nacionais e estrangeiros sobre a estruturação e os universais lingüísticos das gramáticas das línguas indígenas brasileiras escritas em português pelos jesuítas entre os séculos XVI e XVIII.

Como este estudo deseja ser apenas uma pequena amostragem da ênfase que as pesquisas recentes têm dedicado aos estágios mais antigos da língua portuguesa, e de seu adstrato tupi, ponhamos um ponto final neste item.

3. O Grupo Maranhense

Como vimos, enquanto os portugueses podem orgulhar-se de uma tradição gramatical de quatro séculos e meio; os brasileiros, se considerarmos o

esboço de frei Caneca como a primeira gramática portuguesa elaborado no Brasil, dispomos de pouco mais de dois séculos de produção gramatical.

Tanto os historiadores de nossa literatura, como os de nossa filologia honrosamente têm aberto espaço para o chamado Grupo Maranhense, que produziu grandes obras no séc. XIX. Entre as características desse grupo, os críticos e os historiadores são concordes em apontar o acendrado e consciente mimetismo de suas obras com as do período clássico e o coevo lusitano. Examinemos alguns dos principais nomes dessa plêiade.

O primeiro deles foi o padre Antônio da Costa Duarte, que Sacramento Blake diz haver nascido em fins do séc. XVIII. Infelizmente, no momento, não lhe pudemos precisar a data de falecimento. Foi um pioneiro com seu *Compendio de grammatica philosophica da lingua portugueza*, cuja 1.^a ed. é de 1829. Um pouco posterior às obras congêneres lisboetas de João Crisóstomo de Couto e Melo (1818) e Jerônimo Soares Barbosa (1822), ela se adianta, de muito, ao *Compendio*, de Manuel Soares da Silva Bezerra (Ceará, 1861) e à *Epitome*, de Raimundo Câmara Bittencourt (RJ, 1862), suas similares brasileiras. A 6.^a ed. de sua obra, saída em 1877 em S. Luis, informa ser Costa Duarte lente de “Gramática Filosófica e Análise dos Clássicos no Liceu do Maranhão”. Pela qualidade da obra, a congregação tornou-a oficial não só ali como também nas “aulas de primeiras letras da província”. (Note-se o nível do ensino fundamental naqueles tempos!). Na Introdução se diz que “a Gramática Universal é também imutável e a mesma em todas as nações”, diferente da Gramática Particular de cada língua. A Ortoepia e a Ortografia ocupam ali o lugar da atual Fonética; e a Etimologia, o da Lexeologia e da Morfologia; enquanto, no da Sintaxe, ela estuda os elementos da oração e as normas de concordância, regência e colocação, a que chama de construção. As cinco partes elementares da oração eram os nomes (subst. e adj.), o verbo, a preposição e as conjunções, que não se distribuíam entre coordenativas e subordinativas, como hoje. Na ótica lógica de sua descrição filosófica, “os Verbos *Ser, Estar e Existir*, significação *Ter, Haver, Possuir, Gozar*; e *Ter, Haver, Possuir, Gozar*, significação *Ser, Estar, Existir*.” Ali, estão explicitadas as razões da identidade das significações. Quando se fizer um estudo histórico-comparativo da Gramática Filosófica em nosso país, o Compêndio de Duarte terá sua hora e vez.

O segundo é Manuel Odorico Mendes (1799-1864). Sacrificado pelo embate entre a fidelidade à letra dos originais e as limitações da métrica, suas traduções das obras de Homero e Vergílio (e algumas de Voltaire) são consideradas por muitos críticos de difícil alcance. Todavia, o filólogo cearense Martinz de Aguiar, que lhe analisou meticulosamente as traduções no *Vergílio brasileiro* e na *Ilíada*, de Homero, concluiu, em suas *Notas de Português / de Filinto a Odorico* (RJ, Simões, 1955), que suas inovações vocabulares eram ditadas pela busca de fidelidade aos originais traduzidos. Daí, julgá-lo “um grande erudito e um admirabilíssimo poeta tradutor, o maior talvez da língua portuguesa e, com

certeza, um dos primeiros da literatura universal". (p. 7-8)

Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), apesar de quase um autodidata, é o grande teórico do grupo. As três edições maranhenses que tiveram tanto suas *Postilas de gramática geral; aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos; ou guia para a construção portuguesa*, como as outras três de sua *Grammatica portugueza; accomodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica* são uma demonstração inequívoca do prestígio que gozaram essas duas obras no terceiro quartel do séc. XIX; e seus *Comentários de Caio Júlio César, traduzidos em português*, foram reimpressos por uma editora carioca até após a retirada do latim dos programas de ensino médio. As *Considerações sobre a Grammatica philosophica*, de José Alexandre Passos (Maceió, Social, 1871, 26 p.), destaca a posição original e solitária de Sotero em vários pontos doutrinários, mas razão têm ao divergir deste, em longa nota, quanto à pretensa sinonímia entre os verbos *ser* e *estar*.

Ademais, parece não estar sendo adequadamente entendida a assertiva de que a norma literária portuguesa *fixar-se-ia* (grifamos) no período seguinte à publicação de *Os Lusíadas*, de Camões, que opulentou o léxico português (e, acrescentamos, os *Sermões*, de Vieira, que pôs ordem na Sintaxe). Antes da imprensa, no período de nossa ortografia inadequadamente chamado fonético, havia grande multiplicidade de grafias, atingindo a palavra *igreja* mais de setenta variantes. No mesmo passo da Introdução de seu *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, ao explicar por que incluía, ao arripio do plano inicial da obra, alguns autores, fazia-o "porque só neles se podem bem conhecer as diversas modificações, pelas quais foi passando o Português" (p. XIV). Ora, não está aí latente o conceito de norma, o do dinamismo lingüístico e o do estilo de época e de autor?

Além disso, não se deve esquecer que, com exceção do 'pós-escrito' (com as 'notas') à 2.^a ed. de *Diva*, que é de 1865, os escritos de José de Alencar em defesa de um estilo literário brasileiro são posteriores àquelas obras de Sotero. Cobrar dele o conhecimento desses textos é forçar os fatos e falsear a história. Está ainda por fazer-se um levantamento extensivo de seu papel na gramaticografia brasileira daquela época, para se aquilatar a extensão de sua preceptiva.

João Francisco Lisboa (1812-1863), que estudou latim com Sotero, embora seja mais reverenciado como historiador conspícuo, impôs-se à posteridade pela coerência e originalidade de suas idéias, e pelo casticismo de seu estilo impecável. Edith Pimentel Pinto, na Introdução ao 1.^o vol. de seu *O português do Brasil / Textos críticos e teóricos / 1829/1920 - Fontes para a teoria e a história* (SP, EDUSP, 1978), já chamou à atenção para o fato de que a Lisboa não repugnava o uso literário do português europeu por parte de nossa jovem nação, mesmo depois da independência política, já que a chamada língua geral, usada em nossos meios familiares, não se constituía uma língua de cultura,

como a portuguesa. Do ponto de vista estritamente histórico, o lingüista Mattoso Câmara Jr. no cap. 'A língua literária', sugere a razão do aparente imobilismo brasileiro, no qual se situa o Grupo Maranhense, dos primeiros anos de independência: "O aspecto da implantação do português do Brasil explica por que tivemos, de início, uma língua literária pautada pela do Portugal coevo. O seu ideal era reviver os padrões vigentes no reino" (in *A literatura no Brasil*, org. Afrânio Coutinho. 1.^a ed., v. I, t. 1, p. 102)

É perfeitamente compreensível que se costume omitir entre os nomes daquele Grupo, o do bacharel caxiense Frederico José Correia (1817-1881). Labor de certo modo louvável, mas inconseqüente (até para aquela época, já que muitas dessas "francesias" foram incorporadas ao idioma pelos mais renomados clássicos portugueses). Conquanto sua bagagem se constitua de obras de caráter jurídico, preocupado com a avalanche de palavras estrangeiras (principalmente francesas) que se insinuavam no português, resolveu nosso conterrâneo completar o *Glossário das palavras e frases da língua francesa*, do Cardeal Saraiva, frei Francisco de São Luís, obra que teve quatro edições no séc. XIX.

O complemento de Correia saiu dos prelos da tipografia do Frias, em São Luís, com o título de *Novo glossário das palavras e frases viciosas introduzidas no português e de outras que a necessidade reclama*, dois anos após a última ed. do *Glossário* cardinalício. A obra de Correia não se limitou a um simples glossário. Ele penetrou a sintaxe, a estilística e a tradutologia, mas infelizmente faltava ao autor maior convívio com os clássicos da língua e orientação lingüística segura para atingir seus propósitos pedagógicos. Exemplo disso é sua implicância com a reduplicação do sufixo adverbial *-mente*, de tanta expressividade estilística, se adequadamente utilizado.

Mercê de sua vasta bibliografia, o polígrafo maranhense Cândido Mendes de Almeida (1818-1881) é mais conhecido como historiador e jurista. Todavia seu nome deve ser lembrado entre os editores de textos do Grupo Maranhense. A não reedição completa de uma coletânea de textos históricos, que reuniu e editou (cujos dois volumes excedem mil páginas), tem impedido aos pósteros dar a devida importância ao verdadeiro labor filológico em que consistiu o estabelecimento dos textos e as inúmeras notas lingüísticas, históricas e geográficas que após, principalmente ao segundo tomo de suas *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão / cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas*. Essas notas filológicas têm elucidado muito passo obscuro desses textos, haja vista ao da *Jornada do Maranhão*, atribuída a Diogo de Campos Moreno, recentemente reeditada, em lição atualizada e competente, por Sebastião Moreira Duarte, na coleção Maranhão Sempre, da Siciliano.

Além de seu verso impecável, devemos ao gênio de Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) uma curta e objetiva Arte Poética vazada no coloquialismo de uma carta endereçada, segundo Laudelino Freire, a seu amigo Dr. Pedro Nunes

Leal em 1857. Aí, o poeta defende três pressupostos à produção literária e artística: o conhecimento da língua, a posse de um estilo e o dom da criatividade, a que chama classicamente de engenho. Mostra que as diferenças de espaço e as modificações da civilização ensejam o surgimento de palavras e frases novas, quando recomenda: “devemos admitir tudo o de que precisamos para exprimir coisas ou novas ou exclusivamente nossas” (p. 38, Edith Pimentel Pinto, *op. cit.*). Que esses empréstimos terão primeiro de afeiçoar-se à índole de nosso idioma através do uso oral, antes de chegar à literatura e aos dicionários. Que não há por que rejeitar os jargões profissionais, pois, sem eles, o romance ficará privado de cor local. E defende o estilo brasileiro no uso da língua vernácula quando afirma: “o que o simples bom senso diz é que não se repreenda de leve num povo o que geralmente agrada a todos” (p. 37, id., *ibid.*). E que gramática e gênio da língua são uma coisa só: “uma só coisa fica e deve ficar eternamente respeitada: a gramática e o gênio da língua” (p. 38, id., *ibid.*). Entenda-se por gênio da língua, no plano sincrônico, as oposições formais e funcionais de um idioma, que a gramática se propõe descrever; e, no diacrônico, a evolução ou deriva desse idioma.

Adiantado em muito para seu tempo, lembre-se que tudo isso (e mais alguma coisa), G. Dias escreveu há quase um século e meio! Embora essa Arte Poética defenda nosso direito de escrever ao modo da jovem nação tropical e aconselhe começarmos a nos libertar dos moldes lusitanos, sua obra literária, seja a prosa, seja a poesia, cuja altura nenhum romântico alcançou, excele em vernaculidade. Ele teve ali a intuição perfeita de todos os desvios do idioma — o diacrônico, o diatópico, o diastrático e o diafásico —, mas até nos temas indígenas, a sintaxe de seus brasileirismos (a qual faria a diferença) se organizava no mais perfeito aprumo coimbrão.

Embora seja mais conhecido pela autoria do *Panteon maranhense* (quatro tomos), sua obra maior, tarefa digna de um filólogo realizou-a Antônio Henriques Leal (1828-1885) ao organizar, revisar e editar (em colaboração com Luiz Carlos Pereira de Castro) os seis volumes das *Obras completas de João Francisco Lisboa*; e os seis das *Obras póstumas de Antonio Gonçalves Dias*. Os reparos que fez aos desvios inconscientes e consentidos de José de Alencar, proporcionaram a este uma série de artigos marcando posição em favor de um modo de escrever desvinculado do padrão clássico lusitano. Gladstone Chaves de Melo, no irrepreensível ensaio ‘Alencar e a “língua brasileira”’, posfácio à sua edição crítica de *Iracema (Lenda do Ceará)*, após demonstrar exaustivamente as razões do seu juízo, concluiu que o maior romancista do nosso Romantismo, não só não conseguiu criar a propalada língua brasileira, como alguns afoitos quiseram entender, mas também “escreveu em boa *língua portuguesa com estilo brasileiro*” (RJ, Imp. Nacional, 1948, p. 109)

Filipe Franco de Sá (1841-1906), que esteve à frente de vários ministérios no final do império brasileiro, chegando ao alto posto de conselheiro, é um

exemplo de filólogo sempre lembrado pelos historiadores da lingüística brasileira. Mattoso Câmara Jr. insistentemente apontou para o pioneirismo da descrição de nosso sistema fonético e das variantes fonológicas de nossas vogais, consoantes e encontros vocálicos, apresentado em sua obra *A língua portuguesa / Dificuldades e dúvidas* (São Luis, Imp. Oficial, 1915), organizada postumamente por Fran Paxeco. Apesar de não haver realizado estudos em instituições superiores de letras, procurou acercar-se de vasta bibliografia românica e legou-nos o mais denso tratado de ortoepia e prosódia do português do Brasil até hoje escrito. Bom conhecedor da tradição gramatical impressa, Franco de Sá estudou e descreveu os falares brasileiros à luz do padrão português.

Hemetério José dos Santos (1855-1939), cujas gramáticas tiveram suas primeiras edições no segundo quartel do séc. XIX, é o último representante do Grupo Maranhense. Maximino Maciel, já chamou à atenção para a modernidade de sua *Gramática elementar* e para a excelência de sua *Gramática portuguesa* (1907), no 'Breve retrospecto sobre o ensino da Língua Portuguesa', posfácio de sua *Gramática descritiva / baseada nas doutrinas modernas*, que chegou à 10.^a ed. em 1926 (RJ, Francisco Alves).

Obra que se situa após o arrefecimento da gramática filosófica entre nós, e o período científico, iniciado com a *Gramática portuguesa* (1881) de Júlio Ribeiro, urge comparar-se a estrutura das gramáticas brasileiras que a antecederam e a sucederam, com o embasamento teórico necessário das obras que lhes serviram de modelo, a fim de se determinar em que pontos ela foi inovadora do nosso pensamento gramatical. Para apreciar a evolução do pensamento desse gramático maranhense, não se deve esquecer o testemunho dos vários ensaios filológicos que publicou na etapa madura dos seus bem vividos oitenta e um anos. Pela vernaculidade de suas obras literárias, pelas gramáticas que escreveu e pelos mesmos critérios que nos levam a incluir aqui a obra solitária de Filipe Franco de Sá, as de Hemetério encerram a contribuição do Grupo Maranhense do séc. XIX às letras pátrias.

Assim, continua a faltar um estudo sério, profundo e contextualizado da contribuição do Grupo Maranhense do séc. XIX à Lingüística portuguesa. Como quer que seja, uma conclusão fique assente: os integrantes do Grupo Maranhense zelaram com desvelo e competência por esse patrimônio comum que tanto vimos opulentando chamado língua portuguesa. Felizmente a alma das nações é quase sempre justa e imparcial com seus filhos: remete os medíocres para os desvãos do olvido, mas deposita no pedestal da glória os seus poucos gênios.